



ECPP

Escritório Corporativo de
Políticas Judiciárias Nacionais
e de Projetos Institucionais

Departamento de Gestão Estratégica

PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CNJ



Conselho Nacional de Justiça

Presidente

Ministro Luiz Fux

Corregedora Nacional de Justiça

Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Conselheiros

Ministro Emmanoel Pereira

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Rubens de Mendonça Canuto Neto

Candice Lavocat Galvão Jobim

Tânia Regina Silva Reckziegel

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Ivana Farina Navarrete Pena

André Luis Guimarães Godinho

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Maria Tereza Uille Gomes

Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral

Valter Shuenquener de Araujo

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica

Marcus Livio Gomes

Diretor-Geral

Johaness Eck

Apresentação

O Conselho Nacional de Justiça - CNJ exerce um papel fundamental no sistema de justiça brasileiro, não somente cumprindo com a sua função fiscalizadora, mas também com a sua atuação em diagnosticar e conduzir as políticas públicas judiciárias.

Para desempenhar estas funções, o CNJ faz uso de seus ativos organizacionais, contando também, de forma recorrente, com o suporte dos demais integrantes do sistema de justiça. Todo esse esforço é realizado por meio de programas, projetos e processos de trabalho contínuos, que unidos, se constituem no principal meio de execução das políticas públicas judiciárias.

Destaca-se, neste âmbito, a participação da Gestão Estratégica da organização, que conduz a construção de sua estratégia com o foco em alcançar a missão e visão, tanto da organização, quanto do Poder Judiciário, qual seja, a de ser este um poder efetivo e ágil na garantia dos direitos, contribuindo para a pacificação social e o desenvolvimento do país.

Nesse contexto, para que o CNJ idealize, desenvolva e implemente as melhores iniciativas que possam contribuir efetivamente na transformação do judiciário, é fundamental o gerenciamento de seu portfólio de programas e projetos institucionais.

Com a criação do Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias e Projetos Institucionais - ECPP, o CNJ caminha nesta direção, dando início a um difícil e esperançoso trabalho de reunir todos os projetos da instituição, analisando-os com o intuito de poder auxiliar os gestores na melhor sua gestão.

Sendo assim, no presente relatório, pôde-se identificar, ainda que não exaustivamente, a existência de 33 projetos de grande valia, gerenciados por 16 unidades do CNJ, que atendem a 8, dos 12 objetivos estratégicos da instituição. Além disso, pôde-se identificar quais as principais ferramentas utilizadas pelos gestores, os tipos de projeto, os temas relevantes que abordam e as políticas judiciárias que foram mais focadas pelos gestores, além do impacto orçamentário que advêm dessas ações.

Apresentação

Como já dito, esta é uma etapa preliminar dos trabalhos que estão sendo planejados em nível estratégico, quanto ao portfólio de programas e projetos institucionais do CNJ, que prevê também a proposição de uma metodologia simples, baseada nos normativos existentes e nas melhores práticas de gestão de projetos, que dinamize a atividade dos gestores, transformando-as em ações simples e de geração de valor à sociedade, ao contribuir para a melhor gestão do portfólio da organização. Todas as informações serão disponibilizadas à sociedade em forma de painel eletrônico dinâmico, visando dar transparência e satisfação a todas as partes interessadas do sistema de justiça.

Dorotheo Barbosa Neto
Juiz Auxiliar da Presidência
Supervisor do ECPP



Sumário

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| BASE DE DADOS..... | 2 |
| ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNJ..... | 4 |
| ALINHAMENTO A ESTRATÉGIA NACIONAL E ÀS POLÍTICAS JUDICIÁRIAS..... | 6 |
| TIPOS DE PROJETOS, TEMAS E FERRAMENTAS..... | 8 |
| EXECUÇÃO E ORÇAMENTO..... | 12 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 15 |
| ANEXO I - PORTFÓLIO DE PROJETOS INSTITUCIONAIS..... | 17 |

Introdução

O CNJ, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão, criou o Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias Nacionais e Projetos Institucionais – ECPP, como uma unidade vinculada ao Departamento de Gestão Estratégica-DGE.

Nesse contexto, a atual gestão do CNJ reafirma o compromisso de conferir transparência e profissionalismo às ações do Conselho, envidando esforços para o fortalecimento de uma cultura de gerenciamento de projetos.

Dando mais um passo nesta direção, a Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica - SEP, por meio da Portaria CNJ nº 3/2020, regulamentou as atividades do ECPP, que em linhas gerais, é responsável por acompanhar os projetos institucionais, oferecer suporte metodológico e orientar os gestores quanto à metodologia de gerenciamento de projetos institucionais do CNJ.

Uma das primeiras iniciativas do ECPP, foi um levantamento para identificar os projetos institucionais em execução, realizado por meio de questionário eletrônico contendo perguntas com vistas a identificação de informações relevantes acerca dos projetos, tais como: nome do projeto; responsável; objetivos; temática; orçamento; percentual de execução; alinhamento estratégico, além de outras informações indispensáveis à boa gestão destes.

A partir das respostas encaminhadas, o corpo técnico do ECPP analisou e selecionou, dentre as informações prestadas pelas unidades, quais iniciativas seriam de fato projetos institucionais, considerando o disposto na Instrução Normativa nº 79/2020, que regulamenta o gerenciamento de projetos institucionais, e o impacto das ações do alcance dos objetivos estratégicos do CNJ – e aquelas, não menos importantes, que seriam iniciativas ou ações internas das próprias unidades.

Nesse sentido, o presente relatório apresenta a análise realizada, os projetos considerados como estratégicos, os objetivos estratégicos com maior quantidade de projetos, o alinhamento à estratégia nacional do Poder Judiciário, bem como as Políticas Judiciárias e outras informações relevantes para gestão.

Base de Dados

O DGE, antes da realização do presente relatório, já realizava um acompanhamento do início dos projetos institucionais por meio do registro dos Termos de Abertura de Projetos- TAP. No entanto, não recebia informações a respeito da execução destes, o que motivou a realização desta pesquisa.

Após o encerramento do período de respostas ao questionário, a equipe do ECPP consolidou e sistematizou uma base de dados, na qual, foram registradas 40 respostas, enviadas por 16 unidades do CNJ, entretanto, somente 33 destas foram consideradas como projetos institucionais e serão objeto de análise deste relatório.

Ao proceder a sistematização, foi verificado que, diante das informações prestadas pelos responsáveis, 7 iniciativas não poderiam, neste momento, ser consideradas como projetos. Como por exemplo, uma iniciativa intitulada “Compilado de Jurisprudência Administrativa sobre Mediação e Conciliação” que, de acordo com suas descrições, busca atender às necessidades internas de uma unidade, podendo assim, ser caracterizada como uma boa prática e uma excelente iniciativa, mas que não se enquadra como um projeto para efeitos de uma consolidação de um portfólio institucional.

Destaca-se a participação expressiva dos Gabinetes dos Conselheiros do CNJ, que são responsáveis por 15 projetos institucionais, que tratam de temas relacionados às atividades finalísticas da justiça, como a judicialização da saúde e a gestão de precatórios.

Para melhor visualização, o ECPP elaborou um painel dinâmico com as principais informações dos projetos, que pode ser visualizado neste [link](#) (1).

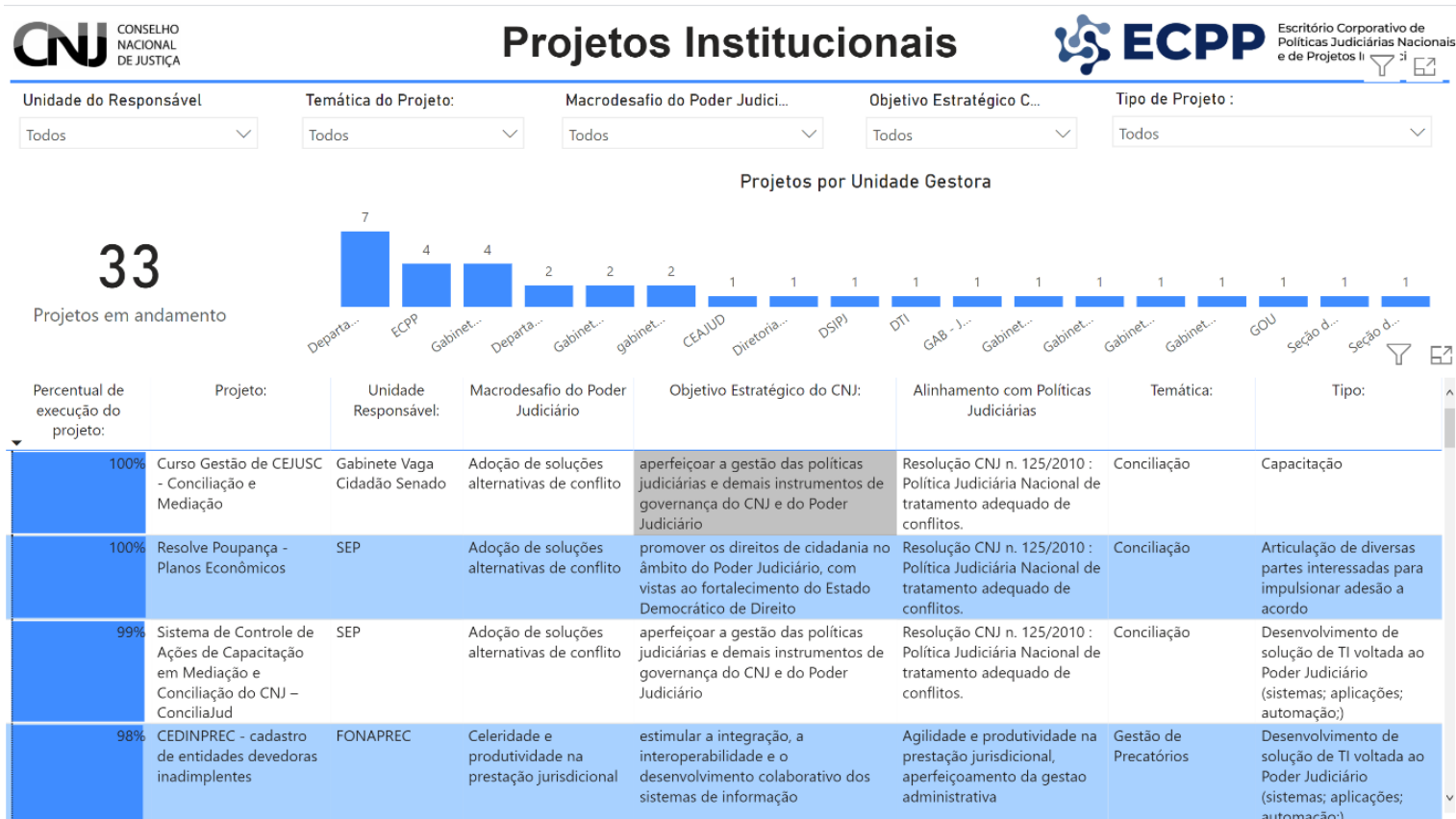
(1) Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiNTkMDE2YTctMmMlxZS00QWU5LTg3ZDYtY2EwNmJjNWJlY2Q2liwidCI6ImFkOTE5MGU2LWw0NWQtNDYwMC1iYzVjLWVjYTU1NGNjZjQ5NylsImMiOjJ9&pageName=ReportSection>.

Acesso em 01 dez. 2002.

Base de Dados

Figura 1. Painel de Projetos Institucionais



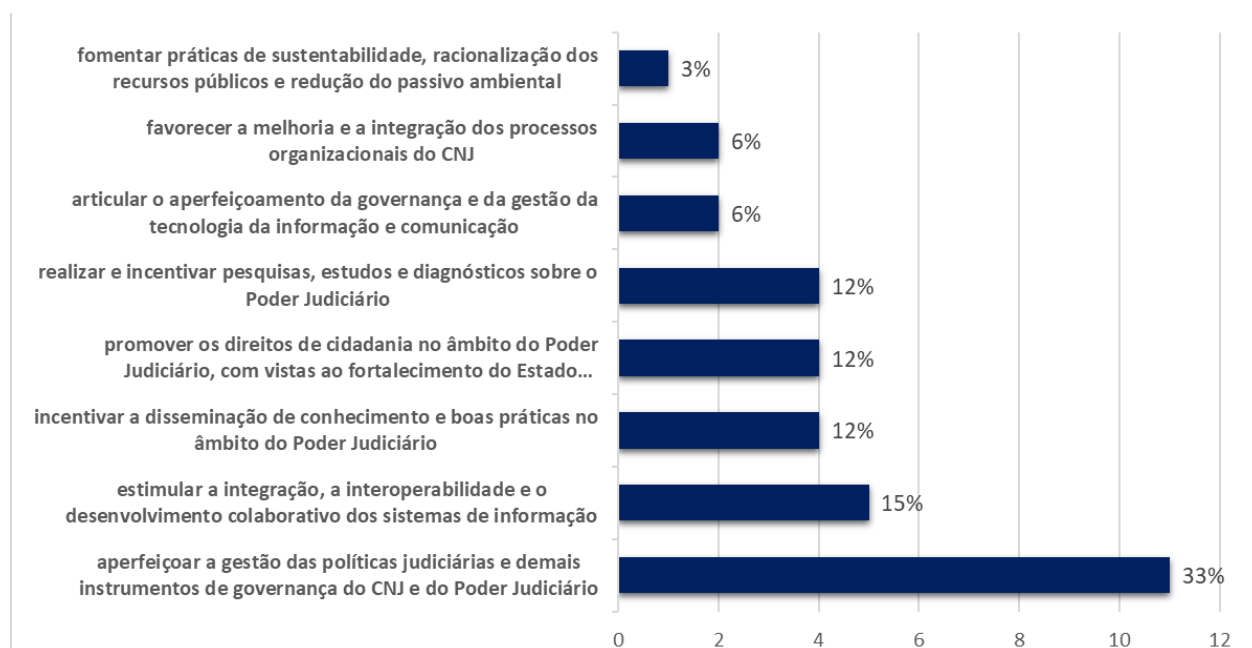
Fonte: ECPP.

Alinhamento ao Planejamento Estratégico do CNJ

Os projetos definidos como institucionais são aqueles que buscam resolver problemas relacionados à estratégia organizacional, ou seja, a partir da diretriz nacional, descrita na forma de Macrodesafios, cada órgão do judiciário passa a elaborar os seus planejamentos estratégicos, que definem as diretrizes específicas, focadas na realidade de cada instituição, de maneira que esta contribua para a melhoria do Poder Judiciário.

O Planejamento Estratégico do CNJ contempla 12 objetivos estratégicos. Conforme o gráfico 1, percebe-se que, no momento da pesquisa, 8 objetivos estratégicos foram abarcados pelos projetos do portfólio. Neste caso, todos os projetos buscaram atingir objetivos estratégicos do CNJ, tendo 4 objetivos não sido alvo dos projetos naquele momento.

Gráfico 1. Alinhamento ao Planejamento Estratégico do CNJ



Fonte: ECPP. Elaboração própria.

Alinhamento ao Planejamento Estratégico do CNJ

No que tange à execução de projetos, percebe-se que o foco de 11 iniciativas está voltado para o objetivo estratégico aperfeiçoamento da gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário.

Neste quesito, importante destacar a relevância de se realizar a gestão do portfólio de projetos institucionais, sem a qual, dificilmente a organização se daria conta da distribuição do esforço, em termos de projetos, implementado para atender determinados problemas em detrimento de outros, não menos importantes.

Verifica-se que, dentre os projetos informados, não há projetos que buscam resolver os problemas relacionados a estimular a comunicação interna e ampliação da divulgação externa das ações institucionais; garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ, aos aprimoramentos da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder judiciário e; ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho.

Numa análise holística acerca desta carência de projetos institucionais relacionados aos objetivos mencionados, deve-se ponderar que é de conhecimento amplo a existência de diversas iniciativas realizadas pelas unidades mais afetas a estes temas, a exemplo das inúmeras ações de divulgação promovidas pela Secretaria de Comunicação, da recorrente atenção por parte da Secretaria de Gestão de Pessoas quanto à qualidade de vida no trabalho, entre outras tantas atividades que, apesar de não serem caracterizadas como projetos institucionais, são atividades operacionais eficazes em atender a estas finalidades.

Cabe destacar que o alcance da estratégia não se faz exclusivamente por meio de projetos institucionais e que existem inúmeros outros projetos internos promovidos pelas unidades, que não contemplam o portfólio institucional do CNJ, seja pelo porte do projeto ou pelo alcance institucional.

Alinhamento à Estratégia Nacional e às Políticas Judiciárias

No âmbito do judiciário, os grandes problemas são enfrentados por meio da execução da Estratégia Nacional, que é construída a cada 6 anos, de maneira colaborativa, sendo instituída, formalmente, por resolução, após aprovação plenária do CNJ.

Atualmente, a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 198/2014, encontra-se no último ano deste ciclo, já tendo sido publicada a nova estratégia, por meio da Resolução CNJ nº 325/2020, que será vigente para o período 2021 a 2026.

Quanto ao alinhamento à Estratégia Nacional, no gráfico 2 verifica-se que 25 projetos buscam auxiliar o judiciário no alcance de 7 dos 12 macrodesafios vigentes, sendo que, do portfólio, 8 iniciativas não foram associadas a nenhum destes.

Gráfico 2. Alinhamento à Estratégia Nacional
Macrodesafios do Poder Judiciário



Fonte: ECPP. Elaboração própria.

Alinhamento à Estratégia Nacional e às Políticas Judiciárias

No entanto, constata-se que, apesar de não terem sido indicados os alinhamentos estratégicos, no caso dos 8 projetos anteriormente mencionados, alguns desses são totalmente alinhados à Estratégia Nacional, a exemplo do “Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgências” que, certamente, contribui para o “Aprimoramento da Gestão da justiça criminal”.

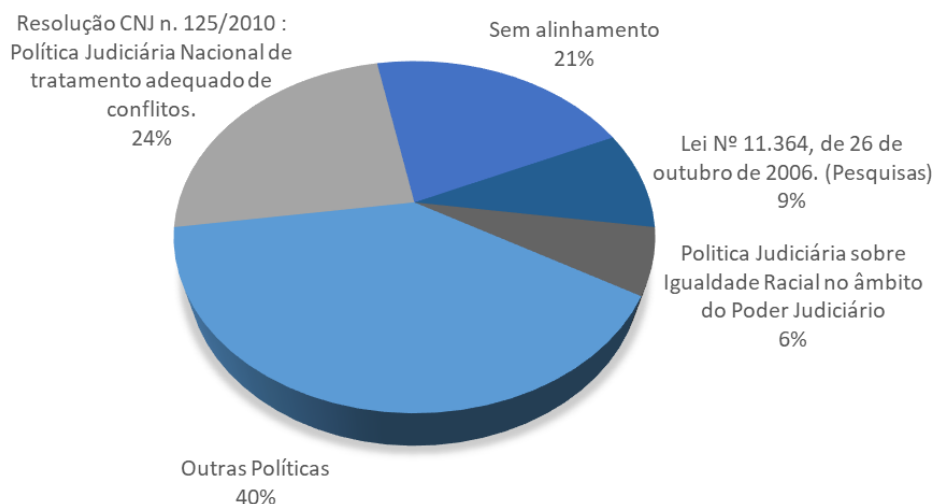
O ECPP, a partir da incorporação dos projetos ao portfólio institucional do CNJ, oferecerá suporte metodológico e operacional aos gestores e responsáveis, no intuito de auxiliar as unidades na melhor execução dos projetos.

Quanto ao alinhamento às políticas judiciárias, observou-se que o tratamento adequado de conflitos de interesses, também identificado como o tema da “conciliação”, possui 8 projetos predominantes no portfólio institucional. Alguns projetos (7), não foram relacionados a nenhuma política específica.

Cabe ressaltar que 3 projetos foram relacionados à Lei 11.364, de 26 de outubro de 2006, que trata das competências do Departamento de Pesquisas Judiciárias, definindo esse como o órgão do Poder Judiciário realizador de pesquisas e diagnósticos e fornecedor de subsídios para a formulação de políticas judiciárias.

Por fim, 2 projetos se relacionam à política que trata de igualdade racial no poder judiciário e outros 13, de forma dispersa, a outras políticas judiciárias.

Gráfico 3. Políticas Judiciárias



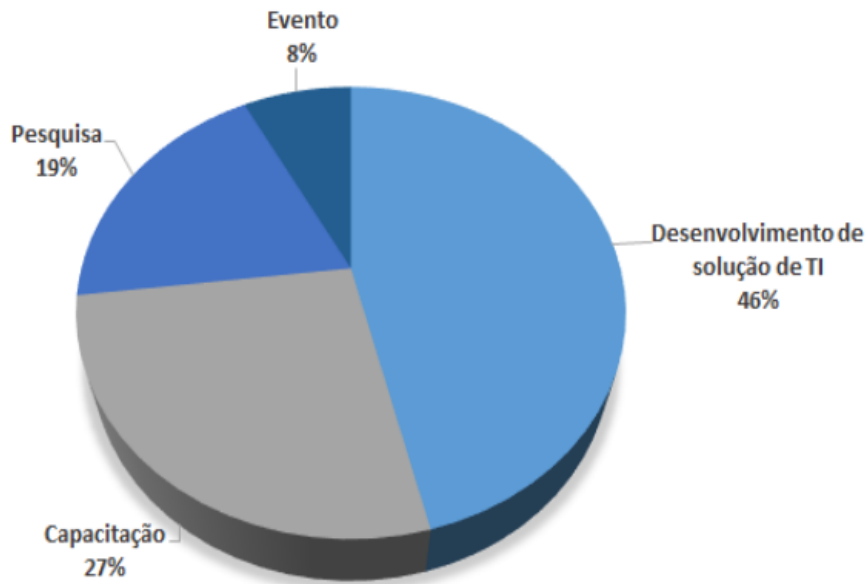
Fonte: ECPP. Elaboração própria.

Tipos de Projetos, Temas e Ferramentas

Para as questões relacionadas à identificação dos tipos e a temática de projetos, foram pré-estabelecidas opções de resposta, como uma forma de sintetizar o resultado. Entretanto, prevendo que algum tipo, temática ou ferramenta poderia faltar, um campo aberto para que o gestor registrasse corretamente o item foi disponibilizado, caso seu projeto não se enquadrasse em nenhuma das opções.

Quanto aos tipos de projetos, como pode ser percebido no gráfico 4, cerca de um terço desses são relacionados ao “Desenvolvimento de solução de TI voltada ao Poder Judiciário (sistemas; aplicações; automação;)”, contendo 10 projetos, seguidos por “capacitação” e “pesquisas”, com 7 e 4 projetos, respectivamente.

Gráfico 4. Tipos dos projetos

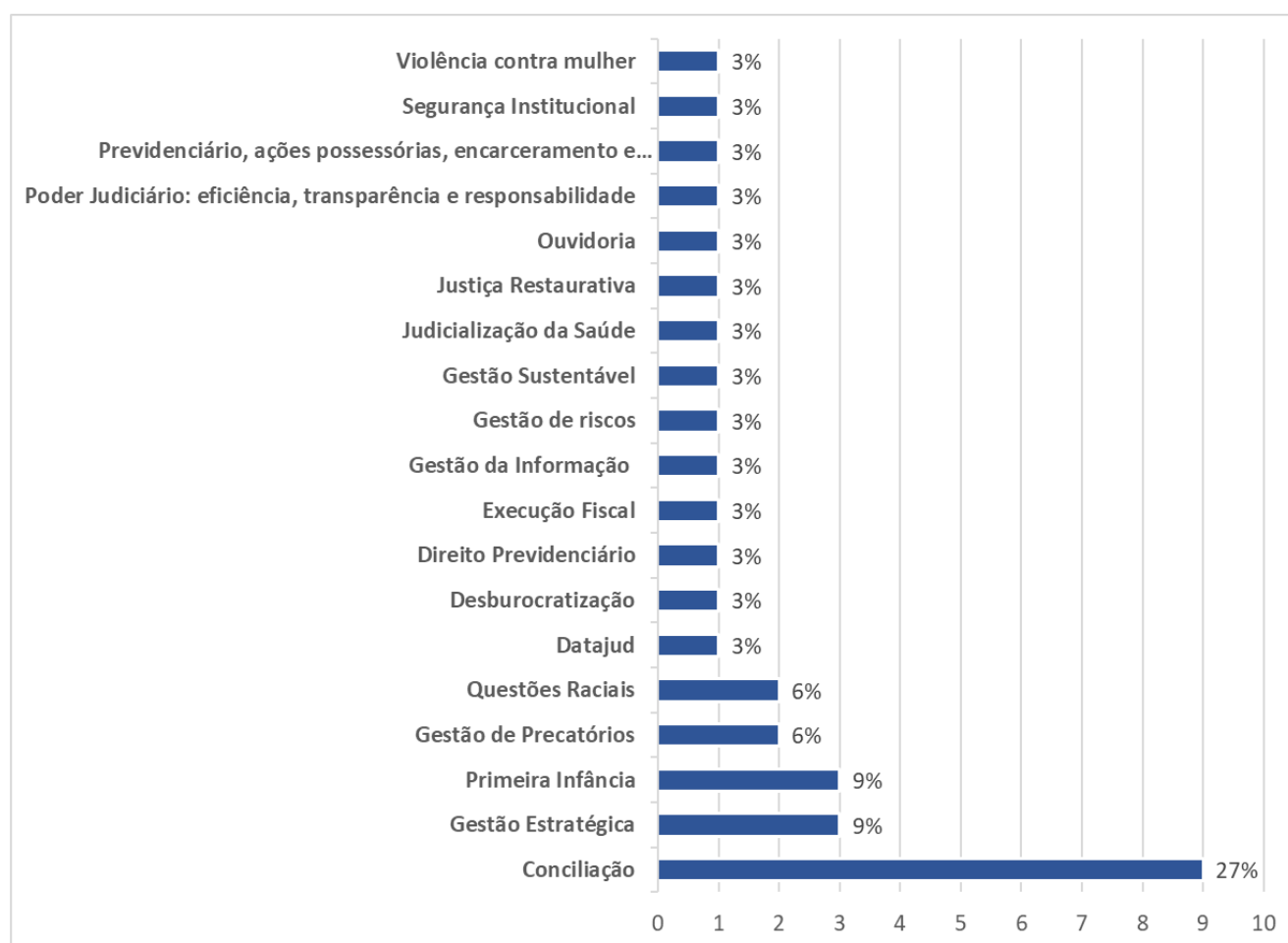


Fonte: ECPP. Elaboração própria.

Tipos de Projetos, Temas e Ferramentas

Quanto à temática, conforme o gráfico 5, os projetos alcançam diversos temas, sendo que “conciliação” se destaca pela concentração de 9 projetos voltados para esta política judiciária já consagrada.

Gráfico 5. Temática dos projetos



Fonte: ECPP. Elaboração própria.

Destaca-se também, juntamente com as iniciativas voltadas à gestão estratégica, 3 projetos focados na “Primeira Infância”, que também podem ser considerados como subprojetos do programa da “Primeira Infância”, cujo tema é de grande relevância nacional, tendo sido objeto de financiamento por parte do Ministério da Justiça, constituindo-se em um dos maiores programas já realizados sobre a temática no país.

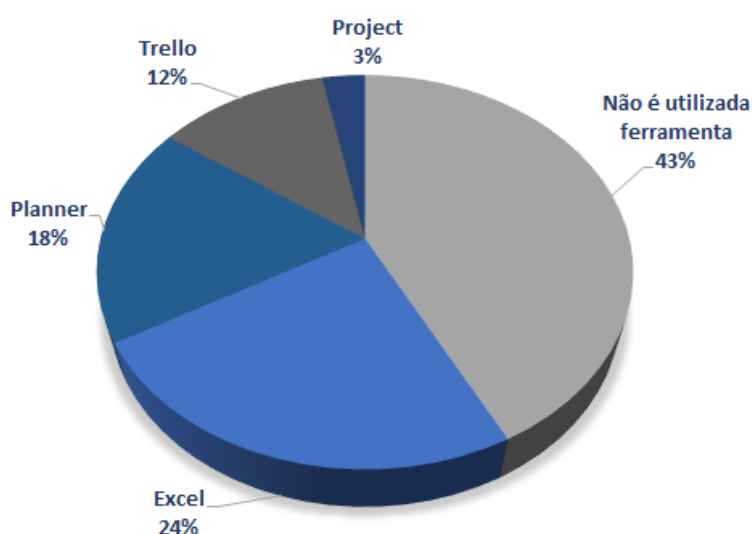
Tipos de Projetos, Temas e Ferramentas

Como o CNJ não definiu a sua ferramenta de gerenciamento de projetos, é importante o conhecimento das ferramentas utilizadas pelos gestores. Neste quesito, percebe-se que alguns gestores preferem realizar o acompanhamento por programas diferentes, o que pode estar relacionado à complexidade dos projetos ou ao conhecimento técnico quanto ao uso das ferramentas.

De acordo com o gráfico 6, é possível verificar que em 43% dos projetos os gestores não utilizam nenhuma ferramenta específica de gestão de projetos, realizando os acompanhamentos por meio de outros meios, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e outros sistemas específicos de acompanhamento processual.

Percebe-se que o uso do Excel também é bastante difundido entre os gestores, com 8 projetos sendo gerenciados por ele, seguido pelo *Planner* e pelo *Trello*, com 6 e 4 projetos respectivamente, e apenas 1 iniciativa é acompanhada com a utilização do *MS Project*.

Gráfico 6. Ferramentas



Fonte: ECPP. Elaboração própria.

Tipos de Projetos, Temas e Ferramentas

Quanto ao uso de ferramentas para gestão de projetos, é importante destacar que o *Planner* e o *Trello* são comumente utilizadas para gerenciamento de atividades e de pequenos projetos, entretanto, não possibilitam ao gestor central o monitoramento do percentual de execução destes.

Estas ferramentas, devido às suas particularidades, permitem que os usuários alterem as atividades de maneira muito simples e, conseqüentemente, sem controles efetivos, além de não haver padronização em sua montagem, oferecendo a alguns, a construção de marcos do projeto e a outros a inclusão de diversas outras atividades, como por exemplo a elaboração de uma ata de reunião. Essas informações são úteis para o gerenciamento das atividades da equipe, mas dificultam o monitoramento estratégico dos projetos, devido à diversidade de entendimentos e aos formatos utilizados pelos gestores.

Sendo assim, estimula-se o uso do *Planner*, que é a ferramenta institucional definida pelo *pool* de soluções do CNJ, para: o gerenciamento interno das atividades do setor, pequenos projetos e pequenas etapas internas ao projetos institucionais, ou até sub projetos com características simples. No entanto, para o acompanhamento de projetos institucionais é preciso a utilização de ferramenta mais apropriada para tal finalidade, que permita o acompanhamento eficaz dos projetos e do portfólio, com a utilização das metodologias institucionais do CNJ para gestão de projetos.

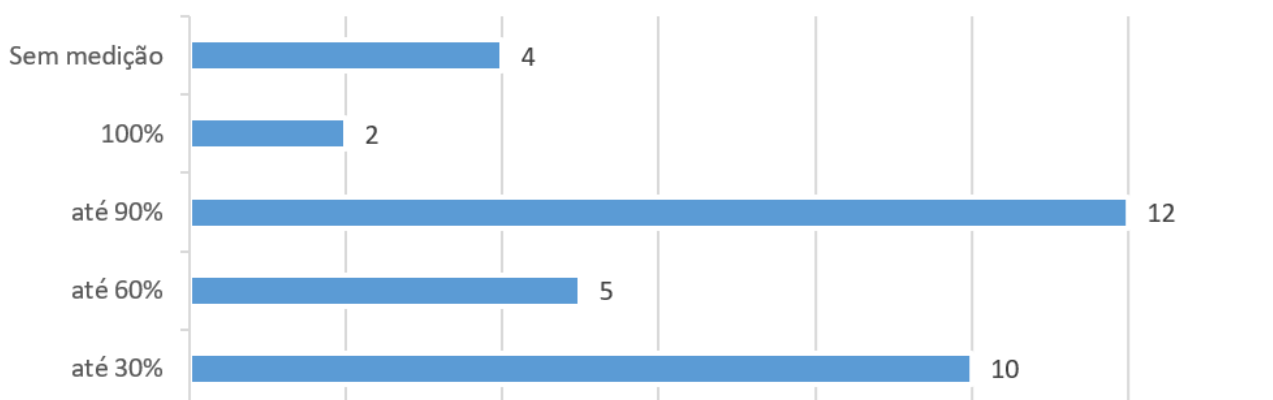
Execução e Orçamento

Em termos de execução dos projetos, destaca-se que alguns destes já haviam sido concluídos (2), enquanto todos os outros encontravam-se em andamento até o mês de novembro, período em que foi encerrado o questionário.

Dos projetos informados, apenas 4 não apresentam medição acerca de sua execução, sendo que, o fator em comum entre eles é a não utilização de ferramentas específicas para gestão de projetos, demonstrando que o melhor caminho para os gestores e para a instituição é a efetiva utilização destes instrumentos.

Neste contexto, essa informação serve de alerta a todos, principalmente ao ECPP, quanto à possível necessidade de orientação e capacitação dos gestores.

Gráfico 7. Execução percentual dos projetos até novembro de 2020



Fonte: ECPP. Elaboração própria.

No serviço público é bastante comum que os projetos sejam apresentados sem a previsão de orçamentos das despesas. Muitas vezes isso decorre do fato de que a maioria dos gestores não mensuram a hora técnica dispensada pelas equipes aos projetos. Tal situação, geralmente, não ocorre na iniciativa privada onde cada recurso tem seu valor mensurado e agregado ao custo do projeto.

Na tabela abaixo pode ser verificado que do total de projetos informados neste levantamento, 10 desses tiveram em seu desenvolvimento previsão de despesas orçamentárias, sendo que, o restante (23) não continha previsão de despesas orçamentárias.

Execução e Orçamento

Tabela 1. Orçamento previsto.

| Total | R\$ 13.739.103,69 | 100% | 100% |
|--------------|--------------------------|-------------|-------------|
| 1 | R\$ 7.792.529,84 | 57% | 86% |
| 2 | R\$ 3.021.401,25 | 22% | |
| 3 | R\$ 1.068.198,13 | 8% | |
| 4 | R\$ 719.013,00 | 5% | 14% |
| 5 | R\$ 470.880,04 | 3% | |
| 6 | R\$ 452.675,05 | 3% | |
| 7 | R\$ 166.862,03 | 1% | |
| 8 | R\$ 37.678,80 | 0% | |
| 9 | R\$ 8.191,20 | 0% | |
| 10 | R\$ 1.674,35 | 0% | |



Fonte: ECPP. Elaboração própria.

Cabe destacar que o montante orçamentário dos projetos totaliza cerca de 13,7 milhões de reais, dos quais 86% dos recursos são destinados a 3 projetos, incluindo o projeto relacionado à Primeira Infância que concentra, além de grande quantia de recursos, grandes esforços para a sua execução.

Quanto à execução orçamentária, segundo informações prestadas pelas unidades responsáveis pelos projetos, foram executados, até o momento, cerca de 4,7 milhões de reais que representam, aproximadamente, 34% de execução em relação ao valor total previsto. Esse resultado, possivelmente, indica estar impulsionado pelo projeto da Primeira Infância, que executou, até o momento do encerramento do questionário, cerca de 53% do orçamento previsto para sua conclusão.

Execução e Orçamento

Contudo, a análise acerca da execução, tanto orçamentária quanto de cronograma, é ainda preliminar, apontando para a necessidade de serem coletadas informações mais específicas junto a cada unidade, para que seja possível compreender o cenário completo, uma vez que cada projeto tem um cronograma de desembolso único, possibilitando assim, não haver uma sincronia evolutiva entre o orçamento gasto e o percentual de execução dos projetos.

No entanto, algumas iniciativas apresentaram situações que merecem atenção, uma vez que constaram, nas informações prestadas, execução orçamentária sem, no entanto, apresentarem o percentual de evolução do escopo do projeto.

Considerações Finais

O presente relatório apresenta as principais informações sobre os projetos em execução, coletadas junto às unidades, que foram compiladas num portfólio não exaustivo, contendo 33 projetos institucionais. Ressalta-se, contudo, que pode haver projetos que não foram informados no levantamento, os quais, infelizmente, não puderam ser analisados pelo ECPP.

Destaca-se que o registro de Termo de Abertura de Projetos, realizado previamente a este levantamento, constava quantidade superior de projetos ao informado.

Nada obstante, por meio deste trabalho, foi possível conhecer a quais objetivos estratégicos do CNJ os projetos estão mais alinhados, assim como o alcance, por meio destes, da estratégia nacional e das políticas judiciárias.

Desse cenário, pôde-se atentar para o fato de que muitos projetos se concentram em alguns objetivos, principalmente: “aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário” e “estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação”, em detrimento de outros de similar importância. Também foi verificado que grande volume de projetos está relacionado as mesmas políticas judiciárias, principalmente, à “Adoção de soluções alternativas de conflito”.

A concentração de esforços da instituição em torno de determinado tema, por si só, não se configura de imediato em um problema. No entanto, a análise do portfólio ajuda a aclarar este panorama para alta administração, para que seja possível analisar a conveniência desta convergência de esforços, ou a eventual necessidade de expandi-los em outras direções.

Em complemento, também foram apresentadas informações acerca dos tipos de projeto, seus temas e suas formas de gestão, diante da utilização, ou não, de ferramentas de auxílio à gestão de projetos, assim como o percentual de execução, destacando-se que o acompanhamento da execução é aprimorado quando se utiliza instrumentos específicos para tal finalidade. No mesmo sentido, foi observado que, das iniciativas que deixaram de informar a medição da execução do escopo do projeto, nenhuma fazia uso de ferramentas de auxílio à gestão de projetos.

Considerações Finais

Assim, a partir deste levantamento, e considerando a implantação do ECPP e a sua crescente atuação junto às demais unidades, de forma colaborativa, o CNJ busca ter o conhecimento detalhado da execução de sua estratégia, de forma célere e dinâmica, oferecendo, tanto à alta administração, como aos gestores, a possibilidade de atuação rápida em busca de alcançar os objetivos traçados no planejamento do órgão.

Neste intuito, foi possível constatar a ausência de projetos de algumas unidades, fato que impossibilitou uma análise completa do portfólio e, também, a disponibilização de informações consolidadas no mesmo local para tomada de decisão da administração do Conselho.

Com a elaboração deste relatório o ECPP, buscou cumprir com sua função de monitorar e dar transparência acerca dos projetos institucionais, ao tempo em que procurou, mesmo que preliminarmente, identificar os problemas e, conseqüentemente, as oportunidades de melhoria, tanto do método de gestão dos projetos quanto dos efetivos resultados desses, colocando-se à disposição de todas as unidades do CNJ para colaborar no alcance dos objetivos desta egrégia instituição.

ANEXO I

Portfólio de Projetos Institucionais

O portfólio de projetos a seguir foi proposto com base na análise das respostas do questionário de levantamento de projetos, e estão dispostos por ordem de envio das respostas.

| NOME DO PROJETO: | | UNIDADE DO RESPONSÁVEL |
|------------------|---|---|
| 1 | Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgências | Gabinete Conselheira Maria Cristiana Ziouva |
| 2 | Curso Marco Legal da Primeira Infância para Todos | CEAJUD |
| 3 | 1º Ciclo de capacitações das Ouvidorias do Poder Judiciário | GOU |
| 4 | Plano de Logística Sustentável | SEP |
| 5 | Adoção do Método Integrado de Gestão de Riscos - MIGRI | GAB-JUI EST |
| 6 | Implementação da Gestão de Riscos na Diretoria-Geral | Diretoria-Geral |
| 7 | Plano Nacional para o Poder Judiciário - “Judicialização e Sociedade: ações para acesso à saúde pública de qualidade” | GAB - JUI FED |
| 8 | Pesquisa Questões Raciais no âmbito do Poder Judiciário | Gabinete da Conselheira Flávia Pessoa |
| 9 | Projeto de Curso de formação sobre Questões Raciais destinado às Assessorias de Comunicação Social dos Tribunais | Gabinete da Conselheira Flávia Pessoa |
| 10 | Módulo de Gestão de Precatórios e RPVs | FONAPREC |
| 11 | CEDINPREC - cadastro de entidades devedoras inadimplentes | FONAPREC |
| 12 | Formação em Justiça Restaurativa | Gabinete Desembargador TJ |
| 13 | Revista Eletrônica do CNJ, volume 4, n. 1 e 2, 2020. | Departamento de Pesquisas Judiciárias |
| 14 | Biblioteca Digital do CNJ | SEP |
| 15 | Justiça Pesquisa | SEP |
| 16 | LIODS | SEP |
| 17 | CNJ Inova | SEP |
| 18 | Minação de Processos | SEP |
| 19 | Prêmio CNJ de Qualidade | SEP |

ANEXO I

Portfólio de Projetos Institucionais

| | | |
|----|---|--|
| 20 | Justiça começa na Infância: Fortalecendo a Atuação do Sistema de Justiça na Promoção de Direitos para Promoção do Desenvolvimento Humano Integral | SEP |
| 21 | Solução Tecnológica Acompanhamento e Monitoramento da Estratégia Institucional | Departamento de Gestão Estratégica |
| 22 | Revisão do Sistema de Atos Normativos - pós migração para o novo sistema/porta | Departamento de Gestão Estratégica |
| 23 | Sistema de Controle de Ações de Capacitação em Mediação e Conciliação do CNJ – <u>ConciliaJud</u> | SEP |
| 24 | Cursos de conciliação e mediação voltados a advogados com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil | Comissão de Solução Adequada de Conflitos - CSAC |
| 25 | EXECUÇÃO FISCAL – Automação e Governança | SEP |
| 26 | Integração entre o PJe e a plataforma consumidor.gov.br | SEP |
| 27 | Resolve Poupança - Planos Econômicos | SEP |
| 28 | Resolve Previdenciário - Benefícios Previdenciários | SEP |
| 29 | Portal CONSENSO DIGITAL CNJ | Gabinete Vaga Cidadão Senado |
| 30 | Curso de Capacitação em Conciliação para estudantes em Direito | Gabinete Vaga Cidadão Senado |
| 31 | XV Semana Nacional de Conciliação | Gabinete Vaga Cidadão Senado |
| 32 | XI Prêmio Conciliar é Legal (edição 2020) | Gabinete Cidadão Vaga Senado |
| 33 | Curso Gestão de CEJUSC - Conciliação e Mediação | Gabinete Vaga Cidadão Senado |



ECPP

Escritório Corporativo de
Políticas Judiciárias Nacionais
e de Projetos Institucionais

Departamento de Gestão Estratégica

PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CNJ